

## **Cultura Escolar Agrícola e Educação Escolar Indígena: vivências dos alunos Xakriabá no Instituto Federal Goiano – Campus Urutaí - GO<sup>1</sup>**

Ranna Iara de Pinho Chaves Almeida (UFU/MG)

**Resumo:** O fenômeno da educação escolar indígena inicia-se no Brasil já no período colonial com a intervenção dos padres jesuítas em territórios indígenas e continua até os dias atuais tendo o marco a promulgação da Constituição de 1988 como um divisor de águas na compreensão o sujeito denominado indígena com o fim da tutela institucionalizada por meios legais. Na história do contato a escolarização aparece como uma das camadas que faz mediação no que tange ao contato interétnico. A escola é uma instituição que possui um conjunto de normas, hábitos e vivências que permeiam o imaginário e o dia-a-dia daqueles que já a conhecem, nos levando a ideia de que a instituição escolar também pode possuir uma cultura própria. Cultura escolar é um conceito mobilizado pela área de estudo da educação como ferramenta de análise do conjunto de ideias, princípios, critérios, normas e práticas sedimentadas ao longo do tempo das instituições educativas (VIÑAO FRAGO, 2000). A cultura escolar local gera uma linguagem própria, uma comunicação entre os sujeitos atuantes na escola: alunos, professores, servidores. Essa linguagem, se manejada da forma correta permite a entrada dos alunos no mundo do saber e do conhecimento, os distinguindo dos outros (BOURDIEU, 2007). Tudo isso é mediado pela cultura letrada (LAHIRE, 1997) o que pode vir a gerar uma barreira para aqueles que adentram este espaço escolar sem se apropriar desta técnica de manejo do mundo (LUCIANO, 2011). Buscando compreender os modos como a cultura escolar é construída/modificada ao longo do tempo e como a presença de alunos indígenas em uma instituição escolar que possui cursos que englobam o Ensino Médio, Técnico e Superior age sobre essa edificação, propõe-se aqui analisar o caso particular de alunos indígenas da etnia Xakriabá que se deslocam de suas aldeias no município de São João das Missões (Norte de Minas Gerais) para estudar no Instituto Federal Goiano – Campus Urutaí (localizado no sudeste goiano). Para tanto mobiliza-se a própria história da instituição escolar, que nos termos de Issa (2014) possui uma “cultura escolar agrícola” devido a sua própria constituição e a “cultura” dos alunos Xakriabá, um dos povos que primeiro aderiu a escolarização no estado de Minas Gerais. É nesse cenário que o trabalho de etnografar a rotina de alunos, professores e servidores aparece como uma ferramenta que possibilita analisar as mudanças e permanências no que tange a cultura escolar local ao longo dos anos e nos possibilita compreender pelo menos em parte os avanços e desafios desse encontro.

**Palavras-chave:** Educação, Escolarização, Cultura.

### **Introdução**

O presente trabalho busca analisar o fenômeno da escolarização dos povos indígenas no Brasil a partir da ideia de cultura escolar. Cultura escolar é um conceito mobilizado pela Pedagogia, e apesar de ter raízes com o(s) conceito(s) de cultura apresentados pela Antropologia

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.

em suas diversas escolas possui aproximações e distanciamentos deste. O nosso foco de análise é ao mesmo tempo antigo e novo. Desde o período colonial existiram iniciativas que pautavam a escola como um meio de dominar as populações indígenas, neste período a escola era levada até a aldeia. Porém há um novo movimento iniciado em meados do século XX, os povos indígenas têm buscado a educação escolar como forma de fortalecimento frente a um mundo que constantemente os assedia e tenta fazê-los sucumbir (LUCIANO, 2011).

É nesse novo momento que o Instituto Federal Goiano de Educação, Ciência e Tecnologia – Campus Urutaí (doravante IF Goiano – Campus Urutaí), localizado em uma cidade de interior no sudeste goiano tem recebido alunos da etnia Xakriabá (residentes no norte de Minas Gerais, no médio São Francisco). O trabalho aqui exposto faz parte de um esforço em compreender essa nova realidade que se apresentou a mim como aluna na Pós-Graduação em Ensino de Humanidades no próprio IF Goiano – Campus Urutaí e continuou em minha atual fase acadêmica no Mestrado em Ciências Sociais na Universidade Federal de Uberlândia. Durante os 18 meses que fui estudante na instituição pouco vivi da rotina local, pois por se tratar de um curso de pós-graduação frequentava o campus apenas dois dias da semana a noite e aos sábados pela manhã, pouco convivía com os alunos que não fossem de minha turma. Em conversa com o docente Cristhian Danny é que soube da presença indígena no local e busquei desde então analisar estes novos acontecimentos tanto a luz da Antropologia – minha formação primordial – quanto levada pelos meus novos estudos na área de educação.

Este trabalho é dividido em duas partes, a primeira na qual eu descrevo brevemente a rotina observada em uma semana morando nos alojamentos do Campus, pretendendo chegar a alguma interpretação dessa realidade nos termos de Geertz (2008) e a segunda onde a partir da apresentação de conceitos e ideias que se relacionam com a narrativa de realidade aqui exibida busco analisar as mudanças e permanências no que tange a cultura escolar tanto da instituição como aquela que os alunos Xakriabá trazem de suas vivências.

## **A Rotina**

O relato que apresento aqui é fruto da vivência estabelecida no IF Goiano – Campus Urutaí entre os meses de maio a julho de 2018, dando ênfase ao período de 10 a 17 de junho de 2018, onde gentilmente a direção do instituto permitiu que me hospedasse no Centro de Treinamento Coronel Sebastião Lousada (CT) e pudesse realizar uma vivência próxima daquela dos alunos residentes no Campus.

O interesse específico nos alunos residentes tem uma razão, todos os alunos indígenas contatados são residentes. Isso se deve há vários motivos conjunturais: a distância da Terra Indígena Xakriabá (o município de São João das Missões fica a uma distância de 800 a 920 quilômetros – dependendo do caminho escolhido – do município de Urutaí), questões de manutenção financeira (a maioria dos pais não possui condições materiais de manter seus filhos estudando) e disponibilidade do instituto (o IF Goiano – Campus Urutaí tem uma ação de recrutamento de alunos em Itacarambi - MG e região, promovido pela atual diretoria local<sup>2</sup>).

Neste primeiro momento do trabalho de campo acabei por estabelecer relações mais próximas com os alunos do Ensino Superior e do Ensino Técnico Subsequente, além de ter mulheres como interlocutoras privilegiadas, já que minha própria teia de relações me permitia acessar estes pontos mais facilmente. Uma escolha metodológica deste período foi a de não realizar a observação participante em sala de aula, parti do pressuposto de reconhecer primeiramente o espaço e os interlocutores com quem me relacionaria<sup>3</sup>. Porém, estive em todas as salas de aula em que estudam alunos indígenas em companhia da servidora responsável pela assistência estudantil. Apesar deste ser um cenário institucionalizado, foi possível observar pelo menos um fato interessante – na maioria das salas os alunos indígenas costumam sentar-se mais ao fundo, e, se naquela turma há mais de um aluno indígena, eles buscam manter uma proximidade física<sup>4</sup>. Este fato corroborou no meu interesse em observar as interações diárias dos sujeitos que vivem no Campus Urutaí.

Também acredito que é importante descrever a rotina atual de todos os sujeitos que compõem o IF Goiano – Campus Urutaí, pois tomo este espaço como o lócus de uma instituição disciplinar nos termos de Foucault (1999). Isso se dá principalmente pelo agregado de características que esta instituição possui, tendo como um dos seus focos principais a vigilância,

---

<sup>2</sup> Este é um ponto que necessita de maior aprofundamento. Os relatos, tanto de professores quanto de servidores, dão conta de que esta ação é realizada pois o atual diretor geral da instituição é proveniente do norte de Minas Gerais e por isso tem interesse em trazer alunos desta localidade para estudar no IF Goiano – Campus Urutaí. Outro ponto relatado pelos professores é a necessidade estabelecida em lei de haver 50% dos alunos que estudam na instituição matriculados no Ensino Médio, segundo eles, se houvesse dependência apenas dos alunos residentes em Urutaí e região este número não seria atendido, por isso a necessidade de arremeter estudantes de outros lugares.

<sup>3</sup> Após essa primeira presença no local para realizar trabalho de campo retornei no mês de setembro de 2018 e no mês de outubro do mesmo ano iniciei o processo de observação participante em sala de aula, durante aulas das mais diversas disciplinas. Essa fase do trabalho ainda não está concluída.

<sup>4</sup> A organização do espaço influencia diretamente nas relações entre os atores na sala de aula, segundo TEIXEIRA e REIS, 2012, p. 169-170: “A disposição dos alunos nas carteiras ajuda a determinar os padrões de comunicação e das relações interpessoais nas salas de aula e influencia uma variedade de decisões diárias que os professores têm de tomar acerca da utilização e gestão dos escassos recursos ao seu alcance”, esse é um ponto que pode ser melhor investigado através da observação participante nas salas de aula.

que nos termos foucaultianos é tanto uma peça interna no aparelho de produção, quanto uma engrenagem específica do poder disciplinar. Salienta-se que:

As instituições disciplinares produziram uma maquinaria de controle que funcionou com um microscópio do comportamento; as divisões tênues e analíticas por elas realizadas formaram, em torno dos homens, um aparelho de observação, de registro e de treinamento. (FOUCAULT, 1999, p. 145)

Existe então um controle minucioso sobre o tempo dentro destas instituições. Ao vivenciar a rotina estabelecida atualmente no IF Goiano – Campus Urutaí é possível notar que: “O poder se articula diretamente sobre o tempo; realiza o controle dele e garante sua utilização” (FOUCAULT, 1999, p. 136), sendo assim, o tempo dos estudantes é medido e regrado conforme os objetivos estabelecidos institucionalmente.

A rotina estabelecida para os alunos do Instituto Federal Goiano – Campus Urutaí possui paralelismos claros tanto com os hábitos necessários na rotina de trabalho fabril – como em todos os estabelecimentos escolares (ENGUITA, 1989) – quanto com os ritmos do trabalho no campo. O dia se inicia entre as cinco e seis da manhã, tanto para os alunos residentes no Campus, quanto para aqueles que moram na cidade de Urutaí ou em cidades vizinhas<sup>5</sup>. Pela manhã, o restaurante da instituição serve sua primeira refeição, o café da manhã, que é disponibilizado nos dias letivos das 6 às 6h40. Às 7h00 as aulas do Ensino Médio, Técnico e Superior começam. Foi possível observar que o período entre as 6h30 e 7h00 é o mais movimentado da manhã em toda a extensão física do campus, a circulação de ônibus, carros de passeio e pessoas traz um colorido adicional e quebra o silêncio noturno característico do local, que se situa em uma fazenda distante 2,5 quilômetros da área urbana do município de Urutaí.

Durante o período da manhã, os estudantes se concentram em suas atividades em sala de aula. Há uma clara distinção entre os alunos do Ensino Médio, do Técnico e do Superior: apenas os primeiros andam uniformizados. Os uniformes consistem no uso de camiseta branca com a logomarca do IF Goiano – Campus Urutaí impressa e gola e mangas com borda verde; e calça jeans. Ele se adequa as necessidades diárias dos alunos que ao longo das horas terão aulas tanto teóricas quanto práticas na instituição. É interessante refletir sobre o uso dos uniformes e sua influência no próprio processo de aprendizagem:

Das intenções iniciais para adoção dos uniformes, outras foram incorporadas e, apesar de eles terem sido descartados em alguns períodos de nossa história,

---

<sup>5</sup> Existe uma boa quantidade de alunos matriculados na instituição em todos os níveis que residem nas cidades vizinhas, como Ipameri e Pires do Rio. Esses alunos fazem o trajeto todos os dias em ônibus fretados por eles mesmos, chegando no campus pela manhã e geralmente indo embora no fim da tarde. Nesse horário, outra leva de alunos chega ao campus – estudantes de cursos do ensino superior – e só o deixam por volta das 23 horas.

não deixaram de ser adotados, seja como componentes de controle dos corpos, seja como estratégias de visibilidade a projetos institucionais e governamentais. Ainda hoje, tais artefatos constituem-se como elementos importantes na paisagem educacional e são aqui apresentados como expressão ou peça dessa cultura material escolar que continua a necessitar de investimentos e problematização. Trata-se de componentes que, como argumenta Inês Dussel (2005), operam aprendizagens sobre: quiénes deben vestirlo y quiénes no, quiénes tienen varios y quiénes solo uno, quiénes son parecidos e quiénes son diferentes, quiénes e cómo son limpios y prolijos y quiénes y como son sucios y desprolijos, cuál és el limite del pudor y la pulcritude, cuál debe ser considerada uma buena apariencia, hacen referencia a toda uma série de saberes sociales sobre la identidad y la diferencia que son fundamentales a la hora de imaginar nuestra sociedad. (p. 83) (RIBEIRO; SILVA, 2012, p. 578)

Os uniformes fazem parte da própria cultura escolar e comunicam necessidades institucionais específicas. Cada aluno busca trazer sua identidade no uso dos uniformes aderindo a eles acessórios que denotam sua individualidade. Notadamente há uma diferença gerada por cada curso, sendo que os alunos que fazem cursos mais próximos da área agrícola se vestem de forma a remeter este vínculo, utilizando itens como botas, chapéus, cordões de couro e cintos com grandes fivelas. Já os alunos da área tecnológica se distinguem por utilizar acessórios associados de maneira mais estreita ao meio urbano, como o uso de tênis e moletons. Os alunos Xakriabá também trazem suas marcas distintivas, muitos utilizam colares artesanais, bolsas de fibra vegetal e pinturas feitas com tinta de jenipapo (as pinturas são mais observadas nas proximidades de comemorações e eventos institucionais). Claramente nenhum destes modos de se vestir é uma regra e existem muitas zonas de troca entre estes alunos, que estão ainda construindo seu estilo pessoal.

Os alunos do ensino técnico e superior possuem liberdade na escolha de suas indumentárias, muitos optando pelo estilo que mais os aproxime de sua opção de estudos. Marcadamente há uma cultura escolar agrícola no local (ISSA, 2014) o que faz com que a maioria deles elejam vestimentas que remetam a esse meio como botas, calças jeans, bonés, chapéus, camisas e camisetas que remetem ao *country*. Levamos em conta aqui a definição de *country* de PAULA (1998):

Nesta oportunidade, gostaria de explorar o *country* no Brasil como um padrão de sociabilidade (Simmel, 1971). Como tal, o *country* abarca domínios que são bastante evidentes como o rodeio, a moda e a música. Mas, para além destes cenários, o *country* comporta prescrição de gosto, etiqueta, temas de conversação, movimentos corporais e gestuais, de modo a configurar um determinado recorte de sociabilidade pautada pela temática rural. (n.p.).

Esse padrão de sociabilidade adentra as relações estabelecidas diuturnamente entre os alunos, que em muitos momentos se agrupam conforme suas afinidades. É possível observar este movimento ao longo do dia, principalmente nos intervalos das aulas – que no caso do Ensino Médio e Técnico são demarcados pelo uso da sirene que informa os momentos de estudo e descanso. Nos intervalos, os corredores, a cantina e a praça que se localiza em frente ao prédio onde são ministradas as aulas do Ensino Médio são tomados por alunos que conversam e brincam. O uso dos celulares é unânime e em muitos deles os estudantes escutam músicas do denominado sertanejo universitário. É nesse momento que suas relações se tornam ainda mais claras, a afinidade e a evitação ficam ainda mais aparentes e se traduzem em proximidade física. Os comportamentos relacionados a adolescência - como posturas corporais afrouxadas, falas em tom de voz mais alto, comentários jocosos, correria<sup>6</sup> - costumam aflorar de forma mais exteriorizada nestes momentos:

A adolescência costuma transcorrer nos lugares ou horas vazios, vagos, desabitados. Na escola, é na chegada e na saída da aula, nos recreios, pátios e corredores que acontecem as cenas mais relevantes, assim como as festas e os diálogos marcantes ocorrem geralmente à noite, quando a casa e a cidade estão despovoadas de adultos e de crianças. (CORSO; CORSO, 2017, posição no e-book 814)

Os alunos Xakriabá não se furtam desses momentos. É possível notar que eles interagem não apenas entre si, mas sim entre os colegas de suas próprias salas, conforme suas afinidades construídas em suas próprias relações e através de sua própria agência dentro deste espaço.

Esse período não existe de forma tão clara nos prédios da parte mais alta do Campus, que abrigam os cursos do Ensino Superior. A movimentação dos alunos mais velhos fica mais restrita as portas e proximidades dos prédios utilizados para ministrar as aulas. Eles ficam sentados principalmente em bancos logo em frente a suas salas. Um olhar mais atento mostra que para estes estudantes os momentos de liberdade das obrigações acadêmicas são mesclados com a realização de trabalhos, o planejamento de atividades acadêmicas e a sociabilidade mais lúdica, permitindo que ao mesmo tempo em que alguém está fazendo trabalho acadêmico, outros estudantes estejam fazendo brincadeiras chistosas e escutando músicas. Essa interação é ininterrupta, não ficando claro, principalmente, a partir do meio da manhã, quais são os horários de aula e de descanso para cada aluno.

---

<sup>6</sup> Ao longo do trabalho de campo pretende-se aprofundar esta discussão, pensando principalmente na forma em que os alunos Xakriabá agenciam elementos da cultura juvenil e em como estes agenciamentos influenciam suas relações, tanto entre eles, quanto entre eles e os não-índios.

Os estudantes do Ensino Médio, Técnico e Superior se encontram de maneira mais estreita durante o período do almoço. O almoço é servido entre às 11h15 e 13h e atualmente o refeitório localiza-se na parte mais alta e mais nova do Campus. O único prédio mais distante do que ele é o Centro de Treinamento de Cães-Guia. Às 11h a sirene informa aos alunos do Ensino Médio que o período de aulas do matutino se encerrou. Os alunos residentes muitas vezes se encaminham para seus alojamentos para deixar mochilas e materiais escolares, enquanto isso os outros começam a subida até o refeitório. O caminho para o aluno do Ensino Médio e Técnico inclui passar em frente a quase todos os prédios do Ensino Superior, o que gera uma interação ao menos visual. Raramente vi estudantes do Ensino Médio travarem conversas com os do Ensino Superior ou vice-versa. Os dois mundos se resvalam, mas geralmente não se comunicam.

Uma das questões apresentadas por alguns dos estudantes do Ensino Superior com os quais conversei foi a necessidade exposta pela instituição de proteger os alunos mais jovens de condutas consideradas deletérias dos alunos mais velhos. O exemplo mais citado foi a tentativa de impedir que os alunos mais velhos e que já haviam atingido a maioridade fumassem dentro do Campus. A ação foi vista por eles como cerceadora das liberdades individuais e infantilizadora, e pelo relato não logrou êxito deixando de ser realizada.

Durante o almoço foi possível notar que os alunos mais jovens e principalmente os alunos Xakriabá têm preferência pelas mesas localizadas mais ao fundo do refeitório, sendo que esta pode ser identificada como uma forma de agenciamento sobre o espaço escolar. Nesta primeira observação não presenciei os comportamentos descritos tanto por alunos quanto por professores em relatos obtidos em conversas informais. Esses relatos dão conta de práticas segregacionistas entre os alunos, porém a escolha desta localização no refeitório por esses sujeitos nos dá uma pista de que eles buscam ficar em menor evidência dentro deste espaço, o que pode indicar a existência dessas práticas em diversos espaços da instituição<sup>7</sup>.

Após o almoço, a maioria dos alunos volta para seus locais de aula. Os alunos dos cursos superiores ficam nas imediações dos prédios onde têm aulas ou em uma cantina na parte mais próxima do refeitório. Os alunos do Ensino Médio e Técnico voltam para a parte mais baixa do Campus, muitos se reúnem na praça em frente ao prédio de suas aulas, nos pátios e corredores. Alguns vão a lanchonete do prédio do Ensino Médio buscar doces e outros fazem tarefas escolares. A partir das 13 horas a movimentação se modifica novamente, os alunos se

---

<sup>7</sup> Espera-se conseguir verificar essa questão com a observação participante em sala de aula.

encaminham mais uma vez para suas salas de aula. Por volta das 15 horas acontece o intervalo, na parte inferior do campus esse evento é demonstrado pelo mesmo tipo de movimentação da manhã, já que a maioria dos alunos tem aulas nos dois períodos. Os alunos retornam as suas salas depois de 15 minutos e o dia se encerra por volta das 17 horas, quando há o fim das aulas do período vespertino. Novamente muito ônibus circulam pelo local, e os alunos não residentes no campus voltam para suas casas.

Há então um silêncio, a circulação dos alunos residentes se volta para os alojamentos, que todos os dias ao fim da tarde são visitados por um/uma funcionário/a. Não participei deste momento, já que para aqueles que não são residentes oficiais do Campus é vedada a entrada em quartos e alojamentos, porém observando a distância o procedimento parece ser um tipo de verificação das condições do alojamento diariamente e da presença dos alunos no local. Após esta averiguação a movimentação se altera, novamente rumo ao refeitório, já que nesse momento o jantar é servido a todos os alunos. Este período de silêncio dura mais ou menos uma hora e meia. Depois disso, chegam os ônibus com os alunos dos cursos noturnos, porém a movimentação que se estabelece fica concentrada na área dos cursos superiores que possuem aulas no período noturno – principalmente as licenciaturas. A quantidade de alunos que circula pelo campus é menor do que a do período diurno e nas proximidades dos alojamentos dos alunos quase não há circulação, já que estes ficam próximos aos prédios do ensino médio.

É neste momento de retorno aos alojamentos para o descanso noturno que várias atividades ocorrem. Os alunos no Ensino Médio podem estar sem uniformes e é possível observar algumas interações sociais mais livres. Creio que este momento ocorre, pois, apesar da vigilância existente durante todos os períodos do dia, neste período de tempo ela é menor, devido ao deslocamento dos servidores que trabalham no Campus para suas casas. Após as 18 horas os responsáveis pela manutenção do esquema disciplinar existente são os guardas que ficam nas portarias, qualquer represália contra alguns comportamentos típicos dos jovens se torna mais lenta.

O período das 18 horas até as 23 horas parece ser o mais frutífero em termos de sociabilidade, principalmente aos alunos que estudam no período diurno. Existem alunos residentes que estudam nos cursos superiores do período noturno e a partir das 19 horas vão para suas aulas nos prédios da área mais alta do Campus. No período noturno o Campus é um local mais silencioso e escuro – creio eu que principalmente por se tratar de uma área rural. Existe iluminação nas vias de circulação, porém ela é esparsa e entremeada por árvores, o que faz com que a claridade não chegue de maneira efetiva em alguns pontos. Na visão de quem

chega ao Campus vindo da cidade de Urutaí após os prédios da escola temos apenas áreas de cultivo e de cerrado nativo e levando em conta a questão da iluminação é impressionante que nenhum dos alunos com quem conversei – indígenas ou não – relatou casos de violência sexual no local. Todos foram unânimes em dizer que a circulação noturna era completamente segura.

Entre 20h45 e 21 horas é servido um lanche noturno. Alguns alunos ainda se deslocam até o refeitório neste horário. Em sua volta é possível ouvir de dentro dos quartos dos alojamentos suas brincadeiras e cantorias. Isso ocorre até as proximidades das 23 horas – quando é estabelecido um horário de silêncio, que só será quebrado na próxima manhã. O que vemos é que existe uma preocupação institucional no regramento do tempo dos alunos e em sua subdivisão ao longo do dia, sua mobilidade corporal pelo espaço é delimitada e determinada por estes tempos. Os próprios estudantes me relataram que é necessário aos alunos menores de idade que precisem ir na cidade de Urutaí obter uma autorização com os servidores responsáveis, essa autorização permite que o estudante se ausente por três horas, se não houver o retorno o estudante pode ser advertido e até mesmo convidado a se retirar da instituição.

Outra questão frisada em conversas com diversas estudantes foi a da diferença de tratamento institucional entre alunos homens e mulheres. Segundo as alunas todas as estudantes residentes menores de idade precisam realizar o processo de emancipação de sua família para poderem residir no campus, enquanto a mesma exigência não é feita aos rapazes. Devemos lembrar que a instituição foi fundada como uma escola para ensinar saberes e técnicas agropecuárias e em suas primeiras turmas não haviam mulheres estudando e nem mesmo em seus quadros docentes (ISSA, 2014), sendo assim, acredito que parte desta cultura institucional previamente estabelecida se perpetua nas práticas atuais.

Diferente ponto que me chamou atenção nas conversas informais que tive com as estudantes foi a questão das indumentárias. Mesmo sendo livres para escolher o estilo de roupas que usariam, as alunas têm restrições sobre algumas peças de roupas, sendo proibidos o uso de peças como shorts. Também foi relato que em períodos anteriores a instituição proibia o uso de chinelos nas dependências da escola, incluindo os alojamentos. Tudo isso demonstra que há um tratamento diferenciado aos alunos alojados e em especial as alunas. Esse tratamento pode ser entendido como discriminatório, pois:

Discriminação é um tratamento desigual dirigido a indivíduos ou grupos por pertencerem a categorias específicas. Alguns exemplos de discriminação são o racismo, o sexismo e a homofobia, mas são sempre produzidos novos, como a “islamofobia” acima referida. A discriminação supõe um tratamento diferenciado em ausência de justificativas plausíveis ou de consenso social.

Por exemplo, a idade mínima para dirigir um automóvel é um consenso social mas a idade usada como requisito para ser admitido em uma empresa é discriminatória. Discriminação é um conceito dinâmico, uma linha móvel, que depende de tempo e lugar, pois as mesmas situações em diferentes períodos históricos ou em culturas diferentes são consideradas aceitáveis ou não. A escravidão era aceita no passado e justificada pela convicção de que certas etnias eram inferiores a outras. Essa hierarquização das diferenças foi gradativamente conscientizada e combatida através de movimentos sociais. (RODRIGUES, 2007, p. 56)

Em conversas e entrevistas com os alunos foi possível notar que a maioria dos alunos residentes compreende que sua situação é vista pela sociedade local com certa discriminação. Alguns chegaram a comentar que havia boatos na cidade sobre a má procedência da alimentação disponibilizada pela escola (comentários como “os meninos comem restos e sobras”, etc), claramente nenhuma das acusações sendo verdadeira, mas demonstrando sim que há um demarcador da diferença entre aqueles que já estavam na cidade de Urutaí e aqueles que chegaram. A maioria deles demonstra se sentir preterido frente aos alunos não residentes no conceito da sociedade local. Geralmente, os contatos com a cidade de Urutaí e suas cercanias se dão aos fins de semana, em momentos de lazer. Identificando o IF Goiano Campus Urutaí com uma instituição disciplinar, mesmo esses momentos são alvos de um processo de criação de rotinas, como vemos a seguir.

A rotina do Campus inicia-se nos finais de semana por volta das 7 horas da manhã. Entre as 7h30 e 8 horas o café da manhã é servido. O Campus não possui nenhuma lanchonete que ofereça serviços aos finais de semana, impelindo os estudantes que por acaso perderem o horário de alguma refeição a irem até a cidade de Urutaí. Para evitar isso, além do gasto de recursos que não poderiam ser repostos por seus pais, vários alunos programam seus despertadores para o momento da refeição e logo depois retornam aos alojamentos para continuar a dormir.

O que se vê é a enorme diminuição na circulação de pessoas nestes dias. Tendo como base o relato concedido em entrevista por uma das alunas residentes do ensino superior com quem conversei, é possível notar que isso se deve “a tristeza de ficar na escola”, pois “lá é ruim demais”. O exposto não parece ter como base as instalações, ou mesmo a companhia das colegas de quarto, mas sim os sentimentos mais profundos de saudade e melancolia que afloram nos períodos em que mesmo havendo uma disciplina sobre o tempo ela é mais frouxa e permite momentos de reflexão sobre si e o mundo a sua volta. Para se distanciar destes sentimentos os alunos que tem acolhida nas casas dos amigos não residentes, além de muitos outros que

possuem familiares que moram perto do município passam os finais de semana em Urutaí ou nas cidades vizinhas.

Os finais de semana também são os dias em que os afazeres domésticos são priorizados. A partir do meio da manhã e também no período da tarde é possível ver os alunos se dirigindo até a lavanderia, alguns também me disseram que aproveitam o momento para organizar seus quartos ou estudar. Bem como as lanchonetes, a biblioteca e outros serviços também não funcionam aos fins de semana, sendo que neste dia apenas os guardas do local estão incumbidos do cuidado direto dos estudantes.

Entre 11h30 e 12 horas o almoço é servido, como durante o período matutino a movimentação para o refeitório é rápida, já que o intervalo para a refeição é mais curto que o dado durante a semana. Novamente poucas pessoas se encontram no refeitório e elas logo retornam a seus alojamentos. O período da tarde é silencioso, a maioria dos alunos se encontra em seus quartos, os que possuem computadores utilizam a internet para ver filmes ou realizar outras atividades. As 18 horas o jantar começa a ser servido, e novamente o período para a refeição é de meia hora. O silêncio vai se aprofundando e só é quebrado com a movimentação para o lanche noturno entre as 20h45 as 21 horas. Vamos dormir, e as segundas-feiras recomencam com os barulhos habituais – passos, risadas, ônibus e brincadeiras.

### **Mobilizando alguns conceitos**

A partir da descrição da rotina diária vivenciada no IF Goiano – Campus Urutaí, creio que é necessário situar este trabalho tanto no tempo, como no espaço e apresentar seus principais atores e os principais conceitos mobilizados nessa análise. Pretende-se aqui falar sobre os Xakriabá, o próprio IF Goiano – Campus Urutaí e sobre os conceitos de cultura escolar e cultura escolar agrícola utilizados ao longo do texto.

Os Xakriabá são um dos povos indígenas remanescentes no estado de Minas Gerais. São herdeiros de uma resistência historicamente construída, pois sobreviveram ao intenso contato com as frentes de expansão para o oeste brasileiro, tanto em período colonial quanto em dias mais próximos dos nossos. Eles residem em duas terras indígenas demarcadas no município de São João das Missões: a Terra Indígena Xakriabá e a Terra Indígena Xakriabá Rancharia. A primeira homologada, em 1987, e a segunda, em 2003. Todo este território se localiza às margens do rio Itacarambi, onde existem pequenos rios temporários e permanentes.

A área é ocupada predominantemente por vegetação característica do cerrado, onde a maior parte é nativa (mata seca e vereda). As áreas aqui citadas são utilizadas tanto para caçadas, quanto para coleta de frutos típicos da região. A região também sofre os impactos da modernização do setor agrícola nacional, o que tem levado ao aumento dos índices de desmatamento no território.

Segundo o *Handbook of South American Indians*, os Xakriabá fazem parte do grupo linguístico Jê, dentro da subdivisão Akwe, assim como os Xavante e Xerente. Com o tempo e o intenso contato com a sociedade nacional, foi impossível a manutenção da organização política e social. Apesar disso, o conceito de propriedade privada ainda é desconhecido no que tange à posse da terra e os vínculos de solidariedade são fortemente manifestados através do trabalho coletivo.

Os Xakriabá são um dos povos indígenas que participa com grande engajamento e entusiasmo do processo de instituição de escolas indígenas no estado de Minas Gerais a partir da redemocratização. Seguindo este movimento, em Minas Gerais no ano de 1995 iniciou-se o Projeto de Implantação das Escolas Indígenas pela Secretaria Estadual de Educação. O projeto se desenvolveu como um convênio entre esta secretaria, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e o Instituto Estadual de Floresta (IEF), para atender as etnias reconhecidas no estado até então: Krenak, Maxacali, Pataxó e Xakriabá. Segundo Pereira (2009, p. 28-29):

Uma das principais ações do programa foi, e continua sendo, a realização do curso de formação dos professores, chamado de UHITUP, que em Maxacali significa “alegria”. Seus objetivos são os seguintes: construir democraticamente uma proposta experimental, diferenciada, bilíngue e intercultural para a formação específica do professor de cada nação indígena mineira; habilitar o professor em formação para o exercício da profissão; viabilizar o ingresso do professor indígena na carreira do magistério e sua integração no Plano de Carreira do Magistério e no Plano de Cargos e Salários da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais.

Um dado que chama atenção desde a instituição do curso de formação de professores é a grande quantidade de indígenas Xakriabá interessados neste tipo de formação. Segundo os dados de Pereira (2009), 45 indígenas Xakriabá participaram do curso, enquanto as outras três etnias participantes somadas tiveram 21 alunos (seis da etnia Pataxó, cinco da etnia Krenak e dez da etnia Maxacali). No ano 2000 iniciou-se a segunda turma do curso, que se expandiu, recebendo outras etnias como os Kaxixó, os Pankararu, os Xucuru-Kariri e os Aranã, além dos Xakriabá e dos Pataxó.

Os dados apresentados acima demonstram o grande interesse dos membros dessa etnia na chamada educação formal. É desse interesse e da oportunidade de se deslocar até o sudeste goiano que vem o contato desse povo com o IF Goiano – Campus Urutaí. A instituição completa 65 anos em 2018, porém sua história remonta ao início do século XX, quando o Decreto n.º 13.197, de 25 de setembro de 1918, instituiu a Fazenda Modelo de Criação de Urutaí, em Goiás. A escola passou por diversas transformações ao longo do tempo até se tornar o que é hoje:

Embora reúna diferentes produções acadêmicas com versões sobre seu histórico, o processo de constituição institucional é marcado por distintas fases, a saber:

- 1 - Escola Agrícola de Urutaí – 1953-1963;
- 2 - Ginásio Agrícola de Urutaí – 1964-1978;
- 3 - Escola Agrotécnica Federal de Urutaí – 1979-2002;
- 4 - Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica – 2002-2008;
- 5 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Urutaí – 2008. (ISSA, 2014, p. 14)

Até a década de 1940 a fazenda cumpriu seus propósitos, porém uma nova conjuntura surge a partir do final da década de 1930, com uma mudança do polo de desenvolvimento no Estado de Goiás para o sudoeste goiano. Esta mudança se deu em grande parte pela mecanização da agricultura na região sudoeste (amplamente financiada), em contraponto as práticas de trabalho mais arcaicas ainda perpetradas na região sudeste do estado. É nesse contexto que se propõe a transformação da Fazenda Modelo de Criação de Urutaí em uma Escola Agrícola:

Com as medidas adotadas, a Fazenda de Urutaí deixou de ter o mesmo desempenho na produção de animais e já não cumpria plenamente os objetivos de origem, isto é, o de promover o desenvolvimento da agropecuária em Goiás. Todavia, mantinha-se todo o arcabouço da estrutura física (bens móveis e imóveis, benfeitorias) de uma propriedade federal com pouca ou nenhuma utilidade prática. Por influência política, o deputado Benedito Vaz, representante de Goiás, natural de Ipameri, protocolou na Câmara o Projeto n.º 1.416, em 1951, no qual solicitava a transformação da Fazenda Modelo de Criação de Urutaí em Escola Agrícola, [...]. A transformação da Fazenda Modelo de Urutaí em EAU foi justificada pela possibilidade de atração de benefícios para Goiás, já que este estado não possuía nenhuma escola agrícola direcionada pela Lei Orgânica do Ensino Agrícola e que fosse mantida pelo governo federal. (ISSA, 2014, p. 36)

A Lei n.º 1.923, de 28 de julho de 1953<sup>8</sup> instituiu a Escola Agrícola de Urutaí nos moldes das escolas agrícolas já existentes no Brasil, subordinada à Superintendência do Ensino

---

<sup>8</sup> Esta lei, promulgada por Getúlio Vargas, instituiu também o ritmo de implantação dos cursos no local: “Art. 4º As diversas séries dos cursos da Escola serão instaladas progressivamente, começando-se pela primeira série do

Agrícola e Veterinário. Com o passar o tempo e a criação de diferentes políticas públicas a escola vai se transformando até chegar aos dias atuais como Instituto Federal. É nesse espaço que os alunos Xakriabá irão construir parte de suas vivências escolares. Atualmente a instituição oferece cursos que compreendem o Ensino Médio, Técnico e Superior. Os alunos Xakriabá que ali chegam já participaram de todas as outras fases da escolarização em suas aldeias, há então um certo impacto, pois, esses alunos reconhecem a escola, mas não exatamente nos moldes que ela lhe será apresentada nesse novo momento. Apoiando-me principalmente nos relatos de Gomes (2006) e Pereira (2003, 2013), o que podemos notar é que os Xakriabá em sua organização política própria valorizam a escola como aparato que serve a sua própria cultura:

Assim, Cristina de Oliveira, aluna Xacriabá do 1º Curso de Formação, ao comentar o lugar da escola relata em seu memorial: “Hoje eu tenho mais liberdade com meu povo e alunos, através da escola diferenciada. Eu sei como ensinar meu povo a ter uma vida melhor e a resgatar nossa cultura cada vez mais. Sinto que as crianças estão crescendo muito com esse saber dos nossos antigos. Nós já estávamos esquecendo o que é ser índio. Porque nuns tempos atrás nós não sabíamos da nossa realidade. A gente estudava com o professor branco, mas ele não valorizava as nossas histórias, os nossos costumes e não respeitava as nossas tradições.” (julho,2000,p.3) (PEREIRA, 2003, 55-56).

Cabe-nos aqui ao menos uma breve ponderação sobre o próprio conceito de cultura e qual resgate é este que está sendo empreendido. Remetemo-nos aqui as reflexões de Manuela Carneiro da Cunha (2009):

Uma dessas categorias é “cultura”. Noções como “raça”, e mais tarde “cultura”, a par de outras como “trabalho”, “dinheiro” e “higiene”, são todas elas bens (ou males) exportados. Os povos da periferia foram levados a adotá-las, do mesmo modo que foram levados a comprar mercadorias manufaturadas. Algumas foram difundidas pelos missionários no século XIX, como bem mostraram Jean e John Comaraff, mas num período mais recente foram os antropólogos os principais provedores da ideia de “cultura”, levando-a na bagagem e garantindo sua viagem de ida. Desde então, a “cultura” passou a ser adotada e renovada na periferia. E tornou-se um argumento central – como observou pela primeira vez Terry Turner – não só nas reivindicações de terra, como em todas as demais. (CUNHA, 2009, 312)

O caso Xakriabá parece ser um destes onde a noção de cultura tem sido utilizada cada vez mais como argumento político pelos próprios indígenas, o que demonstra que a cultura como categoria não é mais propriedade dos antropólogos, mas possui usos locais. Aqui adotaremos então o seguinte entendimento de cultura:

---

curso de iniciação agrícola. No segundo ano de funcionamento, será instalada a segunda série e, no terceiro e quarto anos, a primeira e segunda series, respectivamente, do curso de mestria agrícola. Daí por diante, a Escola funcionará na plenitude dos seus cursos”, porém isso não ocorreu e o curso de mestria agrícola foi implantado apenas em 1964.

Em suma, a cultura não é algo dado, posto, algo dilapidável também, mas sim algo constantemente reinventado, recomposto, investido de novos significados; e é preciso perceber (como muito bem apontou Eunice Durham, ver [1977] 2004) a dinâmica, a produção cultural. A perspectiva que esbocei acima chama a atenção para processos importantes nessa produção: o uso de símbolos e de signos dados para promover significações novas, ou não oficiais, seja pela ambiguidade dos primeiros ou pelo rearranjo dos últimos. Pois o significado de um signo não é intrínseco, mas função do discurso em que se encontra inserido e de sua estrutura. (CUNHA, 2009, p. 239)

Portanto, não há uma ambiguidade no uso do aparato escolar para a disseminação de qualquer cultura indígena, pois é possível a produção de novas significações a partir de símbolos e signos já existentes. Como nos diz Soares-Pinto (2014, p. 259) “a alteridade dos brancos foi absorvida pelas sociedades indígenas em seus próprios termos”, o que nos proporciona posições como a da professora do relato aqui transcrito, que nos diz que é possível se lembrar de como ser “índio” através da escola.

O não-indígena e o indígena entram em um processo de domesticação ambivalente, em um claro duplo movimento, um através de sua violência e imposição e outro através de seu agenciamento – nem sempre percebido pelo observador externo – que se reapropria e transforma os significantes que lhe são impostos, os pacificando e os demudando em novos significados não sendo apenas “aculturados”, mas gerando algo novo. O mesmo processo também ocorre com o não-indígena que acaba por reordenar suas concepções sobre a categoria genérica “índio”, que aprendeu ao longo de sua vida através das representações dadas na literatura, no cinema, na história, etc.

Aqui se advoga por uma não simplificação da relação entre indígenas e não-indígenas, as culturas indígenas não se reduzem a “*tabula rasa*, expostas ao texto inscrito pelos colonizadores, ou até envolvidas em sua própria decadência por terem sucumbido (...)” (HOWARD, 2002, p. 26)

Os Xakriabá de São João das Missões (MG) revelam em suas próprias práticas educativas estas possibilidades como expõem Miranda e Gomes (2014, p. 471):

Desse período, gostaríamos de ressaltar alguns aspectos que as pesquisas permitiram conhecer: essa atuação direta dos atores locais os dotava de uma efetiva capacidade de ação e autonomia em relação às questões escolares, ainda hoje encontrada nas professoras “mais velhas”, como foi verificado em uma das principais investigações. Dois casos muito expressivos: a “reprovação dos melhores”, com D. Joana, da aldeia Prata, que mantinha na classe de 1ª série as crianças que melhor se alfabetizavam para ajudar no ano seguinte e, em seguida, os promovia para a classe que achasse pertinente (2ª ou 3ª, segundo os casos); e a alteração da cartilha de alfabetização operada por D. Zelina, que retirou expressões estranhas às experiências das crianças, como a palavra *elefante*, associada a letra E, e em seu lugar introduziu a palavra *café*, adequando o aspecto semântico e privilegiando a oralidade ao usar a palavra

com final marcado oralmente pelo som, em lugar de palavra grafada com a letra no início.

O que se observa é um processo onde os próprios indígenas modificam uma forma essencialmente ocidentalizada – a forma escolar – e a utilizam como aparato que lhes permite agir sobre o mundo. A educação se torna arma para se desvencilhar das amarras de dominações estabelecidas por ela mesma. Num processo de transformação o indígena que se escolariza vai sendo capaz de ler dois mundos e de manejá-los cada vez mais a seu favor (LUCIANO, 2011). É desse tipo de escola, com uma cultura escolar completamente diversa, que provém os alunos Xakriabá que estudam hoje no IF Goiano – Campus Urutaí. Nos termos de Viñao Frago (2000, p. 100), “a cultura escolar pode ser definida como um conjunto de ideias, princípios, critérios, normas e práticas sedimentadas ao longo do tempo das instituições educativas”. Domique Julia também define o que é cultura escolar:

Para ser breve, poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). (...) Mas, para além dos limites da escola, pode-se buscar identificar, em um sentido mais amplo, modos de pensar e de agir largamente difundidos no interior de nossas sociedades, modos que não concebem a aquisição de conhecimentos e de habilidades senão por intermédio de processos formais de escolarização: (...). Enfim, por cultura escolar é conveniente compreender também, quando isso é possível, as culturas infantis (no sentido antropológico do termo), que se desenvolvem nos pátios de recreio e o afastamento que apresentam em relação às culturas familiares. (JULIA, 2001, p. 10-11)

Analisando neste momento apenas o campo das práticas e condutas sabemos que a escola regular e escola indígena Xakriabá possuem grandes diferenças, como exemplificado anteriormente. O IF Goiano – Campus Urutaí também possui diversas diferenças nesses campos em relação a outras escolas, devido ao seu próprio processo de formação. A herança, tanto física quanto simbólica, da Fazenda Modelo de Criação continuou direcionando uma série de atividades locais, Issa (2014) chega a afirmar em seu trabalho que isso levou a constituição de uma cultura escolar diferenciada, baseada na influência da própria fazenda nos saberes e ações dentro da Escola Agrícola de Urutaí.

A permanência de algumas atividades produtivas no interior da EAU e do Ginásio Agrícola de Urutaí, nas décadas seguintes em que a Fazenda cedeu lugar à instituição de ensino, é um aspecto revelador do “espírito da fazenda”. De certo modo, a Fazenda modelou determinadas práticas de cultivo, manejo, melhoramento e comercialização mantidos nesse espaço, coexistindo com as práticas formativas desenvolvidas em alguns núcleos de ensino. Tal suspeita se confirmou diante dos vestígios localizados, em particular, ao identificar a

marca oficial do gado existente na escola. Se o plantel de animais servisse exclusivamente ao propósito de formação de mão de obra, ao abastecimento e ao consumo interno, não haveria sentido investir no registro de uma marca oficial. A estrutura da Fazenda foi incorporada integralmente à EAU, sendo os vínculos materiais e simbólicos motivadores de uma cultura escolar agrícola ao longo período estudado. (ISSA, 2014, p. 38)

Segundo relatos dos próprios funcionários do IF Goiano – Campus Urutaí, a permanência de atividades produtivas só foi extinta na década de 1990. Esta transição é descrita como deletéria pelos funcionários mais antigos, já que na visão destes hoje não se mantém a mesma relação estabelecida com o trabalho rural sendo possível “formar um engenheiro que nunca mexeu na terra” conforme o relato de um antigo funcionário que também estudou no local em outros tempos.

Marcadamente a instituição gestava um tipo próprio de cultura escolar, que foi denominado por Issa (2014) de cultura escolar agrícola. Havia então tanto por parte dos alunos, professores e administração um modo próprio de ver a educação, sendo esta muito mais aplicada as necessidades imediatas do meio rural no qual a escola se inseria do que uma busca por um ensino propedêutico.

Os professores desenvolveram uma cultura pedagógica diferenciada, posto que tinham como objetivo formar trabalhadores para atuarem na lavoura e na pecuária, uma cultura que rompeu com os modelos até então utilizados nas escolas. [...]. Essa cultura escolar agrícola motivou o rompimento com o ensino tradicional, devido à política para a qual a EAU foi criada, e devia ter organização e desenvolvimento pedagógico que possibilitassem a formação de pessoas para atuarem com conhecimentos científicos e práticos na agropecuária. Além das disciplinas técnicas direcionadas para a agropecuária, as de cultura geral eram organizadas de forma que os conteúdos contribuíssem para auxiliar na formação da área técnica. Por exemplo, a matemática trabalhava com medidas, pois era inconcebível um trabalhador do campo que não conhecesse medidas (alqueires, hectares, quilo, arroba, metro, metro quadrado). (ISSA, 2014, p. 78)

É nesse encontro de duas culturas escolares, uma imbricada nos hábitos e comportamentos dos alunos Xakriabás e outra ligada a instituição de ensino que eles atualmente frequentam que se dá a vivência escolar destes estudantes. A cultura escolar local gera uma linguagem própria, uma comunicação entre os sujeitos atuantes na escola: alunos, professores, servidores. Essa linguagem, se manejada da forma correta permite a entrada dos alunos no mundo do saber e do conhecimento, os distinguindo dos outros (BOURDIEU, 2007). Tudo isso é mediado pela cultura letrada (LAHIRE, 1997) o que pode vir a gerar uma barreira para aqueles que adentram este espaço escolar sem se apropriar desta técnica de manejo do mundo (LUCIANO, 2011).

Pela observação da rotina diária não é possível verificar as questões concernentes a linguagem escrita, porém através do relato de alguns professores do Instituto sabe-se que no geral os alunos indígenas possuem dificuldades nessa área, algo não tão diferente das camadas mais pobres urbanas, porém existem casos de sucesso, principalmente aqueles que foram de algum modo incentivados a leitura tanto pelos pais quanto pela escola e responderam positivamente a essa prática. Apenas um dos professores com os quais conversei relatou aplicar provas orais aos alunos Xakriabá que possuíam dificuldades na escrita. Apesar de pequena, esta já é uma mudança nas práticas locais. Assim, a presença dos estudantes Xakriabá começa a irromper com mudanças nas práticas educativas locais.

## **Conclusão**

Neste trabalho busquei abordar o conceito de cultura escolar. Para tanto primeiro me embasei na descrição dos acontecimentos rotineiros de uma instituição escolar: o IF Goiano – Campus Urutaí. A partir dessa rotina, já nessa segunda parte do texto a ideia foi interpretar a realidade que foi apreendida a partir de meu ponto de vista com apoio de uma revisão bibliográfica.

O encontro entre a cultura escolar agrícola e a cultura escolar dos alunos Xakriabá aparentemente não causaria grandes modificações nas práticas escolares já estabelecidas. Porém, com um pouco mais de escrutínio nota-se que transformações começam a ocorrer, como a existência de provas orais, ou a participação dos alunos indígenas em eventos institucionais onde eles utilizam os símbolos distintivos de sua etnia. Creio que a partir desse tensionamento estabelecido entre as duas culturas escolares muitas modificações devem ser empreendidas, porém apenas o tempo irá confirmá-las. O que podemos concluir agora é que a presença dos alunos Xakriabá modifica, entre os colegas e os próprios professores, a compreensão do que é ser índio no Brasil, e essa é uma marca indelével.

## **Referências**

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

CUNHA, Manuela Carneiro da. 'Cultura' e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais. In: **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac & Naify, 2009.

CORSO, Diana Lichtenstein; CORSO, Mário. **Adolescência em cartaz**: filmes e psicanálise para entendê-la. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2017.

ENGUITA, Mariano Fernandez. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1999.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. V. 1, jan./jun. 2001, p. 9-43.

GEERTZ, Clifford. Uma Descrição Densa: Por Uma Teoria Interpretativa da cultura. In: **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

GOMES, Ana Maria R. O processo de escolarização entre os Xakriabá: explorando alternativas de análise na antropologia da educação. **Revista Brasileira de Educação**, v.11, n. 32, p. 316-327, Ago. 2006.

GOMES, Ana Maria R.; MIRANDA, Shirley Aparecida de. A formação de professores indígenas na UFMG e os dilemas das "culturas" entre os Xakriabá e os Pataxó. In: **Políticas culturais e povos indígenas** / org. Manuela Carneiro da Cunha, Pedro Niermeyer Cesarino. – 1. Ed. – São Paulo: Cultura acadêmica, 2014.

HOWARD, Catherine V. A domesticação das mercadorias: estratégias Waiwai. In: **Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte amazônico**. Orgs: Bruce Albert e Alcida Rita Ramos. – São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 25-60.

ISSA, Silvia Aparecida Caixeta. **A Escola Agrícola de Urutaí (1953-1963)**: singularidades da cultura escolar agrícola. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) apresentada junto a Universidade Federal de Goiás - Câmpus Catalão.

LAHIRE, Bernard. **Sucesso escolar nos meios populares**: As razões do improvável. São Paulo: Ática, 1997.

LUCIANO, Gersen José dos Santos. **Educação Para Manejo e Domesticação do Mundo Entre a Escola Ideal e a Escola Real: Os dilemas da educação escolar indígena no Alto Rio Negro.** Outubro de 2011. 370 páginas. Tese. Universidade de Brasília.

PAULA, Silvana G. de. O country no Brasil contemporâneo. **Hist. cienc. Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.5, supl. p.273-286, Jul./1998.

PEREIRA, Verônica Mendes. **A cultura na escola ou escolarização da cultura? Um olhar sobre as práticas culturais dos índios Xacriabá.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2003.

PEREIRA, Verônica Mendes. A educação escolar indígena em Minas Gerais. **Paidéia**: revista do curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Univ. Fumec Belo Horizonte Ano 6 n. 6 p. 25-39 jan./jun. 2009

PEREIRA, Verônica Mendes. **A circulação da cultura na escola indígena Xakriabá.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

RIBEIRO, Ivanir; SILVA, Vera Lucia Gaspar da. **Das materialidades da escola: o uniforme escolar.** Educ. Pesqui., São Paulo , v. 38, n. 3, p. 575-588, Sept. 2012.

RODRIGUES, Maria Beatriz. Interculturalidade: por uma genealogia da discriminação. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 19, n. 3, p. 55-61, Dec. 2007.

SOARES-PINTO, Nicole. Sobre alguns modos de usar a cultura dos Outros. In: **Políticas culturais e povos indígenas** / org. Manuela Carneiro da Cunha, Pedro Niermeyer Cesarino. – 1. Ed. – São Paulo: Cultura acadêmica, 2014.

VIÑAO FRAGO, Antonio. El espacio y el tiempo escolares como objeto histórico. In: WARDE, Miriam Jorge (Org.). **Contemporaneidade e educação: temas de História da Educação.** Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Cultura e Educação Continuada (IEC), 2000, p. 93-110.